

Brasal Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022 com relatório do
auditor independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e aos Administradores da
Brasal Energia S.A.**
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasal Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Veja a nota explicativa nº 1, 2.c e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em junho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição do controle compartilhado das investidas Paracambi Energética S.A. ("Paracambi", anteriormente denominada Lightger S.A.) e Guanhões Energia S.A. ("Guanhões"), composta por 5 (cinco) Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs").</p> <p>No processo de aquisição das participações societárias, a Companhia mensurou o valor justo dos ativos adquiridos, incluindo os direitos de exploração dos contratos de concessão e venda de energia.</p> <p>Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos nas aquisições da Paracambi e Guanhões e o nível de incerteza inerente às premissas relevantes que requerem alto grau de julgamento por parte da Administração e de seus especialistas, tais como taxas de desconto e crescimento, utilizadas na determinação das estimativas para mensuração dos valores justos de ativos e direitos de exploração dos contratos de concessão, que se alteradas, poderiam ter impactos relevantes no valor do investimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) avaliação dos contratos que formalizaram a combinação de negócios com o intuito de inspecionar as condições comerciais da transação;(ii) com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação das principais premissas e metodologias que embasaram o crescimento esperado, assim como a taxa de desconto utilizada na operação e que foram utilizadas na estimativa do valor justo do contrato de concessão, comparando-as com dados históricos e de mercado.(iii) com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos tangíveis, avaliação da aplicação do "método comparativo direto com o mercado", comparando-os com dados de mercado e análise da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para determinar o valor justo.(iv) avaliamos ainda, se divulgações às demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do valor justo dos ativos adquiridos, os quais foram registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos o reconhecimento aquisição dos controles compartilhados da Paracambi e Guanhões aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 11 de agosto de 2022, com ressalva devido a não conclusão da conciliação e levantamento documental dos custos capitalizados ao Ativo Imobilizado da controlada Verde 2 Energia S.A..

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

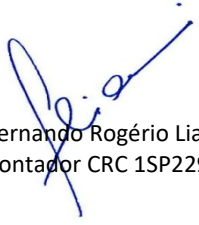
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6F-DF



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2



Brasal Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.954	184	39.812	944
Contas a receber de clientes	5	-	-	1.081	1.337
Valores a receber com partes relacionadas	11	-	957	-	-
Tributos a recuperar		994	71	995	71
Outros Ativos		1.617	42	1.628	132
Total ativo circulante		4.565	1.254	43.516	2.484
Não circulante					
Investimento	6	584.510	70.031	507.059	-
Imobilizado	7	559	475	173.332	67.721
Intangível		5	7	8	7
Total ativo não circulante		585.074	70.513	680.399	67.728
Total do ativo		589.639	71.767	723.915	70.212

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	8	4	10	11.295	902
Empréstimos e financiamentos	9	33.154	5.170	138.598	5.170
Obrigações trabalhistas		406	294	406	297
Tributos a recolher	11	66	55	1.052	208
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-
Outros passivos		10	21	12	20
Total do passivo circulante		33.640	5.550	151.363	6.597
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	102.175	21.332	97.090	21.332
Capital social a integralizar	11	-	21.321	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	1	8.413	-	8.413	-
Tributos Diferidos	10	82.588	-	82.588	-
Total do passivo não circulante		193.176	42.653	188.091	21.332
Patrimônio líquido					
Capital social	12	55.120	31.100	55.120	31.100
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		111.780	-	111.780	-
Reserva legal		9.796	-	9.796	-
Lucros/Prejuízos Acumulados		186.127	(7.536)	186.127	(7.536)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		362.823	23.564	362.823	23.564
Participação de não controladores		-	-	21.638	18.719
Total do patrimônio líquido		362.823	23.564	384.461	42.283
Total do passivo		226.816	48.203	339.454	27.929
Total do passivo e patrimônio líquido		589.639	71.767	723.915	70.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas líquidas	13	-	-	7.139	2.191
Custos de venda de energia/serviços de prestados	14	-	-	(2.137)	(450)
Lucro bruto		-	-	5.002	1.741
Despesas gerais e administrativas	14	(8.314)	(3.017)	(9.722)	(3.630)
Outras receitas e despesas, líquidas	14	207.660	(1)	207.660	40
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		199.346	(3.018)	202.940	(1.849)
Receita financeira		4.118	3	4.353	21
Despesa financeira		(16.742)	(1.676)	(17.077)	(1.676)
Resultado financeiro, líquido	15	(12.624)	(1.673)	(12.724)	(1.655)
Participação em investidas por equivalência patrimonial	6	13.190	970	10.815	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		199.912	(3.721)	201.031	(3.504)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	-	-	(1.899)	(245)
Imposto de renda e contribuição social diferido		3.547	-	3.546	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		203.459	(3.721)	202.678	(3.749)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(781)	28
Resultado atribuível aos acionistas controladores		-	-	203.459	(3.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	203.459	(3.721)	202.678	(3.749)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	203.459	(3.721)	202.678	(3.749)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(781)	28
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	-	-	203.459	(3.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para Aumento de capital	Reserva de lucros	Reserva Legal	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	7.000	-	1.400	-	-	(3.815)	4.585	-	4.585
Capital social	12.a	-	-	-	-	-	-	-	18.747	18.747
Aumento de capital social		31.600	(8.900)	-	-	-	-	22.700	-	22.700
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital		1.400	-	(1.400)	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(3.721)	(3.721)	(28)	(3.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		40.000	(8.900)	-	-	-	(7.536)	23.564	18.719	42.283
Capital social	12.a	15.120	8.900	-	-	-	-	24.020	-	24.020
Aumento de capital social		-	-	111.780	-	-	-	111.780	-	111.780
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	3.700	3.700
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	203.459	203.459	(781)	202.678
Destinações:										
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(7.536)	-	-	-
Reserva legal	12.b	-	-	-	-	9.796	(9.796)	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	186.127	-	(186.127)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		55.120	-	111.780	186.127	9.796	-	362.823	21.638	384.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		203.459	(3.721)	202.678	(3.749)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício:					
Depreciação e amortização	7	106	69	2.250	522
Resultado de equivalência patrimonial de investidas	6	(13.190)	(970)	(10.815)	-
Juros apropriados	9	16.496	1.409	21.437	1.409
Resultado na baixa de ativo imobilizado	7	-	-	3.503	-
Amortização da mais valia do investimento	6	10.431	-	10.431	-
Ganho com compra vantajosa de participação acionária, líquidos dos impostos	14	(218.283)	-	(218.283)	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	10	(3.546)	-	(1.647)	-
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	256	(1.337)
Tributos a recuperar		(923)	470	(924)	470
Outros ativos		(1.575)	(42)	(1.496)	(132)
Fornecedores		(6)	(54)	(763)	(1.245)
Obrigações trabalhistas		112	177	109	180
Tributos a recolher		10	25	844	178
Outros passivos		(62)	13	(9)	91
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais					
		(6.971)	(2.624)	7.571	(3.613)
Juros pagos	9	(10.926)	(1.307)	(15.432)	(1.307)
Impostos pagos sobre o lucro	10	-	-	(1.899)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais					
		(17.897)	(3.931)	(9.760)	(4.920)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos em ganho de controle		-	-	-	516
Aquisição de participação em <i>joint ventures</i>	6	(200.754)	-	(200.754)	-
Aporte de capital em investidas	6	(7.164)	(12.361)	3.700	-
Dividendos recebidos	6	9.079	-	6.909	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	7	(188)	(1.680)	(100.208)	(14.030)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento					
		(199.027)	(14.041)	(290.353)	(13.514)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	9	110.056	66	210.040	66
Pagamento de principal em empréstimos e financiamentos	9	(5.000)	(3.806)	(5.061)	(3.806)
Custos de transação relacionados a operações de crédito	9	(1.798)	-	(1.798)	-
(Pagamento)/Recebimento de partes relacionadas		(20.364)	(958)	-	262
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	111.780	-	111.780	-
Aumento de capital social	12	24.020	22.700	24.020	22.700
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento					
		218.694	18.002	338.981	19.222
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa					
		1.770	30	38.868	788
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		184	154	944	156
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		1.954	184	39.812	944
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa					
		1.770	30	38.868	788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Brasal Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, DF. Foi constituída em 09 de março de 2018 e possui como objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica, o comércio atacadistas de máquinas e equipamentos de produção e armazenamento de energia elétrica, a prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica, a prestação de serviços de engenharia bem como a realização de estudos e projetos comerciais, industriais e de serviços, e a sua implantação, a intermediação e assessoria de negócios, no país ou no exterior, importação de bens e serviços, e a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, operando como holding de instituições não financeiras.

Relação de entidades controladas

Segue abaixo a lista de controladas e controladas em conjunto da Companhia:

Nome	Natureza	País	Participação acionária %	
			2022	2021
Verde 02 Energética S.A. (a)	Pequena Central Hidrelétrica	Brasil	60%	60%
Guanhães Energia S.A. (b)	Pequena Central Hidrelétrica	Brasil	51%	-
Paracambi Energética S.A. (c)	Pequena Central Hidrelétrica	Brasil	51%	-
UFVBE04 Locação Instalação e Manutenção	Usina Fotovoltáica	Brasil	100%	99%
BE 02 Locação Instalação e Manutenção	Usina Fotovoltáica	Brasil	100%	99%
BE 01 Locação Instalação e Manutenção	Usina Fotovoltáica	Brasil	100%	99%

Participação societária na Verde 2 Energética S.A.

Em 19 de fevereiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os então acionistas da Verde 2 Energética S.A. (“Verde 2”) aprovaram por unanimidade o aumento do capital social através da emissão de 28.927.014 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 28.120.243 ações foram subscritas pela Companhia, a qual lhe concedeu o controle das operações da Verde 2 através do acordo de investimento realizado entre as partes.

A Verde 2 sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás (“PCH Verde 2 Baixo”), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24 /01/2020.

No escopo de principais exigências regulatórias está a construção da PCH Verde 2 Baixo, localizada às coordenadas 17° 16' 1,65" S e 50° 51' 45,21" W, no Rio Verde, na sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, com potência instalada de 22.500kW, conforme especificações contidas no projeto técnico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.960, de 22/11/2013, bem como da autorização para sua exploração constante na Resolução Normativa nº 4.821, de 02/09/2014, no projeto básico aprovado pelo Despacho nº 154, de 18/01/2017, e parâmetros da garantia física fixada por meio do Despacho nº 3.046, de 19/09/2017.



Atualmente, o investimento total previsto para o Empreendimento está compreendido em aproximadamente R\$ 296 milhões. Tal custo foi majorado em relação com investimento previsto inicialmente em função do aumento do custo de construção e de valor de compra de terras em uma região altamente agrícola. Para garantir que a controlada Verde 2 tenha todos os recursos financeiros necessários para tanto, os acionistas definem que as fontes de financiamento que atenderão às necessidades de aportes na Verde 2 serão, entre estas, mas não se limitando a: (i) geração de fluxo de caixa da própria Verde 2 e reinvestimento de seus resultados, observada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório; (ii) aportes de capital a serem feitos pelos acionistas; (iii) mútuos a serem realizados pelos acionistas à Verde 2; e (iv) obtenção de financiamento com instituições financeiras.

Encontra-se, atualmente em fase de aquisição de áreas que serão impactadas pela construção da usina, contratação de empresas projetistas para elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo, bem como, de empresa para a execução da obra, que tem previsão de início em setembro de 2022, com expectativa de início de operação em fase de testes e ajustes em 2024, para a partir de janeiro de 2025, se dê a entrada em produção definitiva.

Participação societária na Guanhães Energia S.A.

A Companhia adquiriu em 30 de junho de 2022 participação equivalente a 51% das ações da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães”). A investida situada na cidade de Ipatinga-MG é uma sociedade anônima de capital fechado que dedica-se ao serviço de geração e comercialização de energia elétrica. A Guanhães detém o controle de quatro outras pequenas centrais hidrelétricas - PCH localizadas na extensão do Rio Guanhães, sendo elas:

Nome	Capacidade geradora	País	Participação acionária %	
			2022	2021
PCH Senhora do Porto S.A.	12MWh	Brasil	100%	100%
PCH Dores de Guanhães S.A.	14MWh	Brasil	100%	100%
PCH Fortuna II S.A.	9MWh	Brasil	100%	100%
PCH Jacaré S.A.	9MWh	Brasil	100%	100%

Embora a Companhia possua a maioria das ações da investida, a Administração determinou por meio do acordo de acionistas existente junto a Cemig Geração e Transmissão S.A. que o poder de controle é exercido de forma simultânea por ambos acionistas, constituindo assim o controle compartilhado.

Participação societária na Paracambi Energética S.A.

A Companhia adquiriu em 30 de junho de 2022 participação equivalente a 51% das ações da Paracambi Energética S.A. (“Paracambi”, anteriormente denominada Lightger S.A.). A investida é uma sociedade por ações de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ responsável pela geração e comercialização da energia gerada pela PCH Paracambi que possui potência instalada de 25,7MWh.

Controle compartilhado

Apesar da Companhia deter 51,00% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Paracambi Energética S.A e Guanhães Energia S.A.; poder aprovar isoladamente, com exceção das matérias listadas na cláusula 3.4 do Acordo de Acionistas, as matérias deliberadas em Assembleia Geral; e ter o direito de indicar 2 (dois) dos 4 (quatro) membros do Conselho de Administração; o poder de controle será exercido de forma simultânea por dois ou mais acionistas, e portanto, a administração entende que a Brasal detém o controle compartilhado da Paracambi, exercendo-o em conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S.A o que não garante à Companhia a condição de controladora.



Aquisição de negócios com controle compartilhado

Conforme descrito acima, a Companhia realizou a aquisição de 51% das ações da Guanhões Energia S.A. e Paracambi Energética S.A. (anteriormente denominada Lightger S.A.) em 30 de junho de 2022; ambas investidas ligadas ao segmento de geração de energia.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Paracambi e Guanhões, estão incluídos *inputs* como as pequenas centrais hidrelétricas (ativo fixo das usinas), força de trabalho organizada e contratos de concessão. A Companhia determinou que juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*), dessa forma, concluiu-se que o conjunto adquirido de ambas empresas é um negócio.

A aquisição da Paracambi e Guanhões permite à Companhia ampliar sua atuação no mercado de energia e diversificar sua matriz energética com mais uma fonte de energia limpa.

Nos 6 (seis) meses findo em 31 de dezembro de 2022, a Paracambi e Guanhões contribuíram juntas com uma receita de R\$ 33.257 e lucro de R\$ 21.442. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a Administração estima que a receita e lucro seriam de R\$ 111.464 e R\$ 126.655, respectivamente.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

<u>Investida</u>	<u>Contraprestação</u>
Guanhões Energia S.A.	105.423
Paracambi Energética S.A.	103.744

As investidas foram adquiridas em sua totalidade por meio de transferência de caixa, sendo a Paracambi Energética S.A. pago o valor integral de R\$ 103.744 e a Guanhões Energia S.A. pago o valor de R\$ 97.010 e o valor de R\$ 8.413 a ser pago após deliberação em assembléia geral extraordinária sobre a redução de capital da investida para absorver o valor total do prejuízo acumulado à época.

b. Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 5.900 referente a honorários advocatícios, custos de due dilligence. Estes gastos foram registrados com despesa administrativa na demonstração de resultado.



c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Em R\$ Mil - 30 de junho de 2022	Paracambi	Dores de Guanhães	Fortuna II	PCH Jacaré	Senhora do Porto
Caixa e equivalentes de caixa	52.497	32.912	28.659	42.213	20.981
Concessionárias e permissionárias	5.812	1.892	1.226	1.306	1.732
Contratos de concessão (mais valia)	148.048	39.830	3.291	13.522	55.107
Outras contas a receber	202	3.791	671	240	2.023
Imobilizado	98.530	110.815	88.519	81.580	93.941
Mais valia do ativo fixo	125.171	18.634	39.412	9.754	43.970
Outros ativos	13.795	5.128	5.869	8.053	3.800
Fornecedores	(1.116)	(4.081)	(4.102)	(4.429)	(2.553)
Empréstimos e financiamentos	(50.680)	(32.525)	(22.391)	(23.146)	(30.572)
Outros passivos	(1.287)	(4.721)	(4.485)	(6.602)	(3.207)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	390.972	171.675	136.669	122.491	185.222
Participação adquirida pela Brasal	51%	51%	51%	51%	51%
Aquisição líquida Brasal	199.396	87.554	69.701	62.470	94.463

d. Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado (“Método comparativo direto de dados de mercado”): o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. Adicionalmente, foi utilizada técnica de cálculos através do CUC – Custo Unitário de Construção relacionada a engenharia de custos.
Contrato de concessão	A metodologia utilizada emprega a abordagem de renda, com base na metodologia <i>Multi Period Excess Earnings</i> (MPEEM). O Método MPEEM parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

e. Deságio reconhecido na operação

O deságio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Em R\$ Mil	Paracambi	Guanhães	Total
Contraprestação transferida	103.744	105.423	209.167
Valor justo do ativos líquidos identificáveis	199.396	314.189	513.585
Deságio (compra vantajosa)	95.652	208.766	304.418

A avaliação a valor justo da participação adquirida pela Companhia resultou em um deságio total de R\$ 304.418 (R\$ 200.916, líquido de impostos) reconhecido como “Outras receitas” na demonstração de resultado.

A compra vantajosa é atribuída principalmente aos riscos assumidos na operação relacionados a necessidade de conduzir testes de performance nos maquinários e turbinas das usinas adquiridas e que poderiam colocar em risco o retorno do investimento. Adicionalmente, uma das investidas possui contratos de curto prazo (encerramento em 2031), para os quais exigirão esforços por parte da Companhia para renovação e captação de novos negócios.



Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 29.975 (individual) e R\$ 107.847 (consolidado) (R\$ 4.296 e R\$ R\$ 4.113, individual e consolidado respectivamente em 31 de dezembro de 2021). Contudo, a Companhia encontra-se em momento de expansão de seus negócios no segmento de energia e os endividamentos refletem as captações realizadas para aquisição de novos negócios e conclusão das obras de suas controladas.

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu controlador, conforme apresentado na nota explicativa 18, o qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Foram adotadas também as exigências regulatórias, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

a. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.



b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros:

- Determinação da vida útil de bens e equipamentos (nota explicativa nº 3.5 e 7);
- Aquisição de controlada: valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (nota explicativa nº 6);
- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Aquisição de controladas; e
- Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis

3.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios:

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.



A Companhia tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos indetectáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente ao resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas:

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há perda de controle.



(v) Investimento em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia contabilizados pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, detenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso deste método.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentadas abaixo:

	Controle	Participação - %	
		2022	2021
BE 01 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	Controlada	100%	100%
BE 02 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	Controlada	100%	100%
UFVBE04 Locação Instalação e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	Controlada	100%	100%
Verde 2 Energética S.A.	Controlada	60%	60%
Guanhães Energia S.A.	Controle Compartilhado	51%	-
Paracambi Energética S.A.	Controle Compartilhado	51%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação das participações no capital, nas reservas e no lucro (prejuízo) acumulado das controladas e investimentos na controladora;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;



- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

(vii) As principais operações de cada uma dessas empresas podem ser assim resumidas

Empresa	Potência instalada (kw)	Natureza	Matriz	Início da operação	Operação
BE01 Locação Inst. e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	Em definição	Geração de Energia	Solar	2022	Projeto
BE02 Locação Inst. e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	3.000	Geração de Energia	Solar	2021	Operação
UFVBE04 Locação Inst. e Manut. de Eq. Elétr. Ltda.	5.000	Geração de Energia	Solar	2021	Operação
Verde 2 Energética S.A.	22.500	Geração de Energia	Hídrica	2025	Projeto
Guanhães Energia S.A.	44MW	Geração de Energia	Hídrica	2018	Operação
Paracambi Energética S.A.	25.7MW	Geração de Energia	Hídrica	2012	Operação

3.2 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação e prestação de serviços

Refere-se à receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período dos contratos de arrendamentos.

Receita de venda de energia

As controladas em conjunto da Companhia obtêm receita oriunda principalmente da geração de energia e sua respectiva comercialização por meio de contratos com distribuidoras de energia elétrica e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita é mensurada com base na contraprestação definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) formalizada em contrato com o cliente, multiplicada pelo consumo físico medido. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto ao cliente, fato que ocorre no momento em que a energia é suprida.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.4 Contas a receber

Incluem os faturamentos de locação das Unidades Fotovoltaicas - UFV's. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.



3.5 Imobilizado

O imobilizado compreende máquinas, equipamentos e instalações, tais como, painéis elétricos, módulos fotovoltaicos, estações e redes de energia. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A recuperação dos ativos imobilizados por meio das operações futuras, bem como as vidas úteis e o seu valor residual são acompanhados periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

O Controle do ativo imobilizado da PCH Verde 2, após as unitizações, obedecerá às prerrogativas do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, conforme as imposições da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A unitização consiste no processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo UC/UAR (Unidades de cadastro/Unidades de Adição e Retiradas). O processo de unitização e cadastramento dos bens será concluído simultaneamente à sua transferência do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço, e tem como data alvo a conclusão da construção da usina, prevista para o final de 2023.

Toda a memória dos procedimentos de unitização será composta pelas informações do Inventário Físico e das Ordens em Curso de origem.

3.6 Investimentos

Em controladas ou com acordo de participação

De acordo com o CPC 36 (R3), existe somente uma base de consolidação, o controle. Consequentemente, o CPC 36 (R3) inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

Nas entidades em que a Companhia precisa obter consenso com os outros acionistas ou quotistas sobre as atividades relevantes que afetam os retornos variáveis de uma entidade, a Companhia possui um acordo de participação com outros empreendedores, formando uma “Joint Venture” (controle compartilhado).

Participações em entidades controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia, no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício, é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. As movimentações em reservas de capital,



ou em outros itens integrantes do patrimônio líquido são reconhecidos de forma reflexa, no patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia, controladas em conjunto e suas controladas avaliam periodicamente o valor recuperável de seus investimentos, quando existem indícios que o valor registrado possa não ser recuperado através das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem principalmente receita de juros e despesa de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

3.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo não circulante, quando o vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, caso contrário serão classificados no passivo circulante.

A captação de recursos destina-se a capitalização dos custos de obras de implantação de usinas solares, bem como à aquisição de máquinas e equipamentos para a consecução dos objetivos sociais da Companhia, controladas em conjunto e suas controladas.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, controladas em conjunto e suas controladas relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.



3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo regime de lucro real e suas controladas e coligadas optaram pelo regime de lucro presumido (com exceção da Guanhães S.A, que se enquadra no lucro real).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no resultado de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240 e pela contribuição social à alíquota de 9%.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação do lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8%, a da contribuição social a razão de 12% e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e base negativa, bem como diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.



3.12 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia, controladas em conjunto e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia, controladas em conjunto e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia, controladas em conjunto e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também



desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, controladas em conjunto e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, controladas em conjunto e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;



- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



3.14 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações tem o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.15 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou estas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Uma série de novas normas entram em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que essas normas recentemente emitidas e ainda não adotadas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26)**

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia monitora de perto os desenvolvimentos futuros.

- **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração no CPC 32)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Não são esperados impactos relevantes com a adoção desta norma.

- **Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: a) IFRS 17 Contratos de seguros; b) Divulgação de



políticas contábeis (alterações no CPC 26 e IFRS Practice Statement 2); e c) Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	3	2	3	2
Bancos conta movimento	131	91	466	839
Aplicações de liquidez imediata	1.820	91	39.343	103
	1.954	184	39.812	944

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”), compromissadas, em renda fixa com remuneração entre 98% e 100% do certificado de depósito interbancário (“CDI”) (o mesmo em 31 de dezembro de 2021).

5 Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Duplicata a Receber de clientes	1.081	1.337
	1.081	1.337

A Administração avalia as perdas esperadas nas contas a receber no momento do registro da receita e na data do balanço. Nenhuma provisão para perda foi considerada necessária e desta forma não foi registrado nenhuma provisão para *impairment* das contas a receber. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há saldos de contas a receber a vencer no longo prazo, ou vencidos em atraso.

6 Investimentos

6.1 Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Participação em <i>Joint ventures</i> (i)	507.059	-	507.059	-
Participação em controladas (ii)	70.166	69.589	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	7.285	442	-	-
	584.510	70.031	507.059	-



6.2 Informações financeiras resumidas

Abaixo as informações financeiras resumidas das empresas controladas:

	31/12/2022					
	BE01	BE02	UFVBE04	Verde 2	Paracambi	Ganhães
Ativo						
Circulante	1	2.504	2.841	46.673	63.385	132.619
Não circulante	-	14.853	24.357	120.496	109.684	402.797
	1	17.357	27.198	167.169	173.069	535.416
Passivo						
Circulante	-	241	182	11.875	19.969	56.806
Não circulante	-	-	-	100.359	38.089	78.672
Patrimônio líquido	1	17.116	27.015	55.469	118.011	399.938
	1	17.357	27.198	167.703	176.069	535.416
Demonstrações dos resultados:						
Receita operacional líquida	-	3.151	3.988	-	56.763	49.079
Custos de venda de energia e serviços prestados	-	(1.053)	(1.084)	-	(17.188)	-
Lucro bruto	-	2.097	2.904	-	39.575	49.079
Despesas operacionais	-	(272)	(560)	(575)	(2.054)	(10.135)
Resultado financeiro líquido	-	80	139	(319)	1.531	79.161
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	-	1.905	2.483	(894)	39.052	118.105
Imposto de renda e contribuição social	-	(327)	(515)	(1.057)	(3.804)	(32.062)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	1.578	1.968	(1.951)	35.248	86.043

	31/12/2021			
	BE01	BE02	UFVBE04	Verde 2
Ativo				
Circulante	1	56	2.056	74
Não circulante	-	14.132	25.296	26.946
	1	14.188	27.352	27.892
Passivo				
Circulante	-	-	135	1.036
Não circulante	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1	-	442	-
Patrimônio líquido	-	14.188	26.776	25.984
	1	14.188	27.353	27.892
Demonstrações dos resultados:				
Receita operacional líquida	-	-	2.191	-
Custos de venda de energia e serviços prestados	-	-	(450)	-
Lucro bruto	-	-	1.741	-
Despesas operacionais	(1)	(266)	(237)	(68)
Resultado financeiro líquido	-	-	19	(1)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1)	(266)	1.523	(69)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(245)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1)	(266)	1.278	(69)



6.3 Movimentação dos investimentos

i. Participação em *joint ventures*

	Paracambi 51%	Guanhães 51%	Total
Participação (%)			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
(+) Aquisição de participação societária	103.744	105.423	209.167
(+) Ganho com compra vantajosa	95.652	208.765	304.417
(-) Amortização da concessão	(8.196)	(2.235)	(10.431)
(-) Dividendos pagos	(6.909)	-	(6.909)
(+/-) Equivalência patrimonial	7.041	3.774	10.815
Saldo em 31 de dezembro de 2022	191.332	315.727	507.059

ii. Participação em controladas

Participação (%)	BE01 99%	BE02 100%	BE04 100%	Verde 2 60%	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	1	1	-	-	1
Aportes (redução) de capital	-	14.999	25.498	28.120	68.617
(+/-) Equivalência patrimonial	-	(266)	1.278	(41)	971
Saldo em 31 de janeiro de 2021	-	14.734	26.776	28.079	69.589
Aportes (redução) de capital	1	372	-	-	373
(-) Dividendos recebidos	-	-	(2.170)	-	(2.170)
(+/-) Equivalência patrimonial	-	1.578	1.968	(1.170)	2.376
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	16.684	26.574	27.215	70.473

iii. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Verde 2 Energética S.A.	6.410	-
UFVBE04 Locação Instalação e Manutenção de Equip. Elétricos Ltda.	441	441
BE01 Locação Instalação e Manutenção de Equipamentos Elétricos Ltda.	-	1
BE02 Locação Instalação e Manutenção de Equipamentos Elétricos Ltda.	434	-
	7.285	442



7 Imobilizado

	Controladora					
	Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Hardware	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	207	26.065	38	140	10	26.460
Adições	11	2.535	111	66	54	2.778
Baixas	-	(28.601)	-	(66)	-	(28.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218	-	149	140	64	571
Adições	-	20	16	111	43	189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	218	20	165	251	107	760
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(23)	-	(5)	(2)	(1)	(30)
Depreciação (-)	(23)	-	(8)	(28)	(7)	(66)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(46)	-	(12)	(30)	(8)	(96)
Depreciação (-)	(23)	-	(16)	(48)	(17)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(68)	-	(28)	(79)	(25)	(201)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	173	-	137	110	56	475
Saldo em 31 de dezembro de 2022	150	20	136	172	81	559



Custo	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Imobilizado em andamento	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Hardware	Adiantamento para compra de imobilizado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	718	3.381	28.206	128	140	10	-	32.583
Adições	3.573	3.628	3.653	6.430	132	61	62	-	17.539
Adição por ganho de controle	-	-	-	18.152	-	-	-	-	18.152
Transferências (a)	-	5.610	22.991	(28.601)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.573	9.956	30.025	24.187	260	201	72	-	68.274
Adições	6.040	4.492	302	87.149	119	113	79	13.070	111.364
Baixas	-	(2.903)	-	(511)	(89)	-	-	-	(3.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.613	11.545	30.327	110.825	290	314	151	13.070	176.135
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	(23)	-	(5)	(2)	(1)	-	(31)
(-) Depreciação	-	(118)	(354)	-	(8)	(31)	(11)	-	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(118)	(377)	-	(13)	(33)	(12)	-	(553)
(-) Depreciação	-	(111)	(958)	(1.080)	(24)	(61)	(16)	-	(2.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(229)	(1.335)	(1.080)	(37)	(94)	(28)	-	(2.803)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.573	9.838	29.648	24.187	247	168	60	-	67.721
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.613	11.316	28.992	109.745	253	220	123	13.070	173.332
Taxa de depreciação a.a.	-		10%	-	10%	20%	20%		

(a) As baixas e transferências são referentes ao dropdown de ativos entre a controladora Brasal Energia e suas controladas. Não houve alienação, baixa por obsolescência ou impairment de ativos imobilizados no período.



Capitalização de juros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados juros de R\$ 2.052 (R\$ 239 em 2021), referente aos empréstimos para construção dos empreendimentos da Companhia.

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros.

8 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar aquisição de terrenos	-	-	7.440	-
Máquinarios e outros serviços	-	-	3.703	-
Fornecedores	4	10	152	902
	4	10	11.295	902

9 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Tx. Juros a.a.	Índice	Controladora	
				31/12/2022	31/12/2021
Cédula de crédito bancário (i)	BRL	2,05%	CDI	21.351	26.351
Cédula de crédito bancário	BRL	6,60%	CDI	50	97
Cédula de crédito bancário	BRL	2,55%	CDI	32	54
Cédula de crédito bancário	BRL	4,63%	CDI	40	-
Debêntures (ii)	BRL	2,40%	CDI	113.856	-
Total				135.329	26.502
Circulante				33.154	5.170
Não circulante				102.175	21.332

Modalidade	Moeda	Tx. Juros a.a.	Índice	Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
Cédula de crédito bancário (i)	BRL	2,05%	CDI	21.351	26.351
Cédula de crédito bancário	BRL	6,60%	CDI	50	97
Cédula de crédito bancário	BRL	2,55%	CDI	32	54
Cédula de crédito bancário	BRL	4,63%	CDI	40	-
Capital de Giro (iii)	USD	4,63% e 6,21%	-	100.359	-
Debêntures (ii)	BRL	2,40%	CDI	113.856	-
Total				235.688	26.502
Circulante				138.598	5.170
Não circulante				97.090	21.332



- i) Refere-se a montante utilizado substancialmente como capital de giro para financiamento da infraestrutura e construção de usinas fotovoltaicas com vencimento em 2027.
- ii) No primeiro trimestre de 2022 a Companhia realizou a emissão de debêntures simples mediante oferta pública com esforços restritos no valor total de R\$ 110.000 e com vencimento em 10 anos. Há incidência de juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interbancário acrescido de spread de 2,4% ao ano. O recurso foi utilizado substancialmente para financiamento das obras de expansão das investidas e aquisição de novos negócios.
- iii) A controlada Verde 2 realizou a captação de cédula de crédito bancário com no montante de US\$ 18.838, para o qual foi realizado swap de USD para o CDI. O vencimento desta operação é junho de 2023. O recurso captado é de uso exclusivo para financiamento das obras da Pequena Central Hidrelétrica.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Cronograma de amortização da dívida	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	5.069
2024	14.385	5.013
2025	7.092	5.000
2026	14.790	5.000
mais de 2027	60.823	1.250
Total	97.090	21.332

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem como garantia o aval dos acionistas e controladores.

Covenants

Os contratos contêm covenants que estabelecem que ao final de cada exercício social determinados índices precisam ser atingidos, como: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD); e Dívida Líquida/EBITDA.

Tais índices restritivos devem ser atingidos considerando as informações financeiras do grupo econômico Brasal, os quais são monitorados regularmente pela Administração do grupo por meio de seu departamento de controladoria, de forma a garantir seu cumprimento. Não há evidências de quebra de convenants em 31 de dezembro de 2022 e 2021.



Movimentação do saldo

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou a seguinte movimentação nos exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	26.502	30.140	26.502	30.140
(+) Juros provisionados	16.496	1.409	21.437	1.409
(-) Juros pagos	(10.926)	(1.307)	(15.432)	(1.307)
(-) Pagamento de principal	(5.000)	(3.806)	(5.061)	(3.806)
(+) Custos de captação	1.798	-	1.798	-
(+) Captações	110.056	66	210.040	66
Saldo final	135.329	26.502	235.688	26.502

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto diferido (controladora e consolidado)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mais valia do ativo fixo	120.840	-
Mais valia do contrato de concessão	132.497	-
	<u>253.337</u>	<u>-</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	63.334	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	22.800	-
	<u>86.134</u>	<u>-</u>
(-) Amortização da mais valia do ativo fixo	4.873	-
(-) Amortização da mais valia da concessão	5.559	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ sobre amortização da mais valia	2.608	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL sobre a amortização da mais valia	938	-
Tributo diferido passivo	82.588	-
Tributo diferido reconhecido no resultado	3.546	-

b. Imposto corrente (consolidado)

	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita de Serviços	7.139	7.139	7.139	2.291	2.291	2.291
(%) Presunção	32%	32%		32%	32%	
Base de cálculo antes das receitas financeiras	2.284	2.284	2.284	733	733	733
Receitas financeiras/outras	4.353	4.353	4.353	21	21	21
Base de cálculo	6.637	6.637	6.637	754	754	754
Alíquota	15%	9%		15%	9%	
Imposto apurado	(996)	(597)	(1.593)	(113)	(68)	(181)
Imposto adicional - 10%	(306)	-	(306)	(64)	-	(64)
Imposto de renda e contribuição social, corrente	(1.302)	(597)	(1.899)	(177)	(68)	(245)



Em 30 de maio de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram sem qualquer ressalva o aumento de capital da Companhia para R\$ 55.120 por meio de integralização em moeda corrente no montante de R\$ 15.120. Adicionalmente o montante de R\$ 8.900 outrora a integralizar, foi aportado à vista em moeda corrente.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 55.120 (R\$ 40.000 em 2021) dividido em 70.697.699 (70.697.699 em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, divididos da seguinte forma:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Brasal Participações S.A.	<u>70.697.699</u>	<u>55.120</u>	<u>100%</u>	<u>70.697.699</u>	<u>40.000</u>	<u>100%</u>
	<u>70.697.699</u>	<u>55.120</u>	<u>100%</u>	<u>70.697.699</u>	<u>40.000</u>	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em virtude dos prejuízos acumulados pela Companhia não houve constituição de reserva legal, no entanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu sobre os lucros o montante determinado em lei, de R\$ 9.796; após absorvidos os prejuízos acumulados.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 não foram distribuídos dividendos aos acionistas uma vez que a Companhia possui saldos de prejuízos acumulados. No entanto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, seguirá para pauta da Diretoria a decisão quanto as destinações do lucro.

13 Receita líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta:		
Receita de locação	7.246	1.748
Receita de serviços	<u>170</u>	<u>543</u>
	7.416	2.291
Deduções:		
(-) Impostos sobre serviços	<u>(277)</u>	<u>(100)</u>
	(277)	(100)
	<u>7.139</u>	<u>2.191</u>



14 Custos e Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Consumos diversos	(982)	(125)	(1.771)	(308)
Despesas com pessoal e encargos	(2.631)	(1.456)	(2.631)	(1.456)
Depreciação e amortização	(107)	(69)	(2.257)	(522)
Serviços prestados	(5.204)	(1.217)	(5.808)	(1.575)
Viagens e deslocamentos	(144)	(18)	(146)	(23)
Despesas legais/judiciais	(79)	(132)	(79)	(196)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	207.660	(1)	207.660	40
	199.346	(3.018)	195.801	(4.040)
Custo de venda de energia e dos serviços prestados	-	-	(2.137)	(450)
Despesas gerais e administrativas	(8.314)	(3.017)	(9.722)	(3.630)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	207.660	(1)	207.660	40
	199.346	(3.018)	195.801	(4.040)

(i) **Ganho na compra vantajosa:**

A conta de “Outras receitas (despesas) operacionais” é composta pelo montante de R\$ 191 referente a PIS e COFINS e também pelo valor de R\$ 218.283 referente ao registro do ganho na compra vantajosa (líquido de impostos) e R\$ 10.431 referente a amortizações da mais valia.

15 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita financeira				
Rendimentos de aplicação financeira	4.118	2	4.343	2
Desconto obtidos	-	-	3	19
Outras	-	1	8	-
	4.118	3	4.353	21
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(16.238)	(1.409)	(16.238)	(1.409)
Taxas e despesas bancárias	(504)	(267)	(839)	(267)
	(16.742)	(1.676)	(17.077)	(1.676)
Resultado financeiro líquido	(12.624)	(1.673)	(12.724)	(1.655)



16 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos financeiros e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Classificação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.954	184	39.812	944
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	1.081	1.337
Reembolso de despesas	Custo amortizado	-	957	-	-
Outros Ativos	Custo amortizado	785	42	13.887	132

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Classificação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	Outros passivos financeiros	4	10	11.281	902
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	135.329	26.502	235.688	26.502
Outros passivos	Outros passivos financeiros	10	21	12	20
Capital a integralizar	Outros passivos financeiros	-	21.321	-	-
Aquisição de investimento	Outros passivos financeiros	8.413	-	8.413	-

- (i) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- (ii) **Contas a receber:** As contas a receber de clientes são contabilizadas pelo seu custo amortizado;
- (iii) **Outros ativos:** Corresponde aos valores apresentados nas demonstrações financeiras;
- (iv) **Fornecedores:** Os valores estimados para as obrigações com fornecedores decorrentes da contratação de serviços e aquisição de material;
- (v) **Empréstimos e financiamentos:** Os valores contratados são para financiar os programas de construção da Companhia. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado e estão contabilizados pelos valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis;

Risco de crédito e taxa de juros

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

As contas a receber são formadas por contratos de locação e serviço das usinas fotovoltaicas com clientes os quais passam por uma avaliação da Administração que utiliza seu conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.



A Companhia busca manter o nível de “Caixa e Equivalentes de caixa” e outros investimentos em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à “Fornecedores”. Abaixo o fluxo de valores a pagar da Companhia:

Controladora Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Acima de 24 meses
Fornecedores	4	4	4	-	-
Empréstimos e financiamentos	135.329	208.558	31.757	21.188	155.613
Total	135.333	208.562	31.761	21.188	155.613

Consolidado Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Acima de 24 meses
Fornecedores	11.295	11.295	11.295	-	-
Empréstimos e financiamentos	235.688	316.553	139.752	21.188	155.613
Total	246.983	327.848	151.047	21.188	155.613

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e conclusão do empreendimento para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total do passivo	226.816	48.203	339.454	27.929
Caixa e equivalentes de caixa	1.954	184	39.812	944
Dívida líquida	217.852	48.019	292.653	26.985
Total do Patrimônio líquido	362.823	23.564	384.461	42.283
Índice de alavancagem	0,60	2,04	0,76	0,64



Sensibilidade relativa a ativos e passivos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada abaixo.

O ativo e passivo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2022, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2021 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Controladora		
	Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	1.820	1.820	1.820
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	35	26	17
Variação (R\$)	-	(9)	(17)
Empréstimos - CDI	135.329	135.329	135.329
Taxa sujeita à variação	1,90%	2,38%	2,85%
Despesa financeira projetada	2.571	3.214	3.857
Variação (R\$)	-	643	1.286
	Consolidado		
	Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	39.343	39.343	39.343
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	748	561	374
Variação (R\$)	-	(187)	(374)
Empréstimos - CDI	235.688	235.688	235.688
Taxa sujeita à variação	1,90%	2,38%	2,85%
Despesa financeira projetada	4.478	5.598	6.717
Variação (R\$)	-	1.120	2.239

Ressaltamos que os ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022, majoritariamente, estão atrelados à remuneração diária dos depósitos disponíveis à vista em contas correntes, com remuneração diária de um percentual da variação do CDI, com liquidez automática.

17 Seguros

A Companhia e suas controladas dispõem de seguro patrimonial e de cobertura de riscos de engenharia e ligados às operações de geração de energia entendidos pela Administração como suficientes para cobrir eventuais riscos ligados ao empreendimento em andamento. A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2022 é composta conforme quadros abaixo:

Empresa	Risco segurado	Valor do risco segurado	Vigência
UFVBE04 - GD	Danos materiais	37.790	2023
VERDE 2 - PCH	Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	8.647	2025
Total		46.437	



18 Eventos subsequentes

A controlada Verde 2 contratou nova cédula de crédito bancário no montante total de R\$ 50.000 em 03 de junho de 2023, garantido por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente, com taxa de juros de 5,77% ao ano e data de liquidação final em 26 de junho 2023.

A Companhia recebeu em 18 de janeiro de 2023 aumento de capital no montante de R\$ 111.780 os quais foram integralmente subscritos e integralizados em moeda corrente sem emissão de novas ações. Dessa forma o capital social da Companhia passa a ter o montante de R\$ 166.900 dividido em 70.697.600 ações.

* * * *